

Resumo

A pesquisa visa identificar nos manifestos e textos fundadores do modernismo literário e, em seguida, num *corpus* selecionado de obras, as modalidades de apropriação de representações do passado colonial. Esses objetos deverão ser considerados dentro dos “programas nacionais” ou das políticas culturais a que correspondem. Três modalidades de apropriação serão consideradas: a) os usos de relatos quinhentistas; b) os usos de representações dos jesuítas; c) os usos da língua tupi e da língua portuguesa.

Palavras-Chave: História cultural; Modernismo literário; representações coloniais.

Résumé

La recherche vise à identifier dans les manifestes et les textes fondateurs du Modernisme littéraire et, ensuite, dans un *corpus* sélectionné d'ouvrages, les modalités d'appropriation de représentations du passé colonial. Ces objets devront être considérés à l'intérieur des « programmes nationaux » ou des politiques culturelles auxquels ils correspondent. Trois modalités d'appropriation seront considérées : a) les usages des récits du XVI^e siècle; b) les usages des représentations des jésuites; c) les usages de la langue tupi et de la langue portugaise.

Mots-clés : Histoire culturelle ; Modernisme littéraire ; représentations coloniales.

Os usos de representações do passado colonial: narrativas de viajantes, textos jesuíticos e língua tupi nos manifestos e textos fundadores do modernismo literário brasileiro na décadas de 20 e 30

Gabriela Theophilo, Renata Rufino e William Garcia*

O problema

Diversas formas de memória, seja a memória de um grupo, de indivíduos, de comunidades, ou ainda a memória mais institucionalizada do Estado, das comemorações e dos lugares de memória, dos museus, dos monumentos, consistem em formas de representação do passado. Sobretudo a história como disciplina, com seus próprios métodos, critérios de validação e exigências críticas, tal como se entende a partir, pelo menos, do século XIX, como uma disciplina que produz conhecimento o mais adequado possível ao seu objeto, está capacitada para representar o passado, não deixando de ter ao seu lado a literatura.

Evidentemente, a representação do passado que procuram proporcionar as obras literárias não se assenta necessariamente na preocupação com critérios de validação histórica. Em muitas obras literárias encontra-se, por exemplo, uma associação de eventos que pertencem a tempos diversos ou a imposição de uma necessidade de deciframento de representações do passado como uma construção imaginária. Em formas como essas, introduz-se uma relação crítica dentro da representação legítima objetivando apropriações determinadas.

Esta pesquisa visa identificar, num primeiro momento, em textos programáticos do modernismo literário¹, tais como manifestos, editoriais e artigos de revistas, e, em seguida, num *corpus* selecionado de obras afins, as modalidades de apropriação de representações do passado colonial.

A pesquisa poderá vir a nuançar ou mesmo a desafiar algumas tópicas da definição do modernismo literário (como a mais genérica, “a busca do moderno, do original e do

* Pesquisa orientada por Andrea Daher, no Departamento de História da UFRJ. Bolsistas de Iniciação Científica FAPERJ e CNPq/ PIBIC.

¹ A referência genérica “modernismo literário” ou simplesmente “modernistas” é assumida ao longo deste texto tendo em vista a sua exigüidade. Evidentemente, essas categorias deverão ser qualificadas e as referências autorais serão particularmente necessárias ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

polêmico”). A idéia é problematizar os seguintes lugares-comuns da crítica sobre o caráter “nacionalista” do modernismo literário: primeiro, frente à “volta às origens”, poderá mostrar o privilégio estratégico concentrado em representações pretéritas segundo tópicos consagradas pela literatura e a história oitocentistas; segundo, frente à “busca de fontes quinhentistas”, poderá mostrar o estatuto por vezes “antiquarista” atribuído a aproximação dessas fontes; terceiro, frente à procura de uma “língua brasileira” poderá mostrar uma certa lusofobia marcada pela identificação a tópicos extraídas de relatos quinhentistas; quarto, frente à “valorização do índio brasileiro”, poderá apontar para uma apropriação romântica do índio, em meio à suposta crítica modernista feita ao romantismo literário.

Os materiais

Foi realizada uma tipologia de cada uma das publicações consideradas: *Klaxon: Mensário de arte moderna* (São Paulo, 1922 – 1923); *Estética* (Rio de Janeiro, 1924-1925); *Terra roxa e outras terras* (São Paulo, 1926-1927); *A Revista* (Belo Horizonte, 1925–1926); *Revista de Antropofagia* (São Paulo, 1928–1929); *Verde* (Cataguases, 1927-1928); *Arco e flecha* (Bahia, 1928-1929); *Leite crioulo* (Minas Gerais, 1929); e *Homem do povo* (São Paulo, 1931). Serão considerados, ainda, no *corpus* textual estudado, o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, o *Manifesto Antropófago* e o *Manifesto do Verde-Amarelismo ou da Escola da Anta* – como parâmetros programáticos.

As vertentes

Renata Rufino tem por objeto as representações extraídas de relatos quinhentistas, particularmente o de Jean e Léry e o de Hans Staden.²

Um aspecto importante da análise diz respeito ao acesso aos relatos quinhentistas através das traduções que circulavam nos anos 20 e 30.³ Uma análise dos prefácios e das

² As primeiras edições originais levam os seguintes títulos: Jean de LÉRY. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil...*[*História de uma viagem à terra do Brasil...*] La Rochelle, Antoine Chuppin, 1578. STADEN, Hans. *Wahrhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschafft der Wilden nacketen, Grimmigen Menschenfresser Leuthen...* [Verdadeira história e descrição de um país habitado por homens selvagens, nus e antropófagos...] Marburg, Andress Kolben, 1557.

³ Tristão Araripe traduziu Jean de Léry, em 1887, e Monteiro Lobato em 1926. Em 1925, Lobato havia publicado o livro *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*, contendo o relato de Hans Staden. No ano seguinte, lançou o livro *As aventuras de Hans Staden*, versão do mesmo livro em que as aventuras são narradas pelo personagem Dona Benta para os seus netos.

motivações dessas traduções e adaptações poderá evidenciar aspectos das formas de recepção dessas narrativas.

Dentre os usos das representações extraídas desses relatos quinhentistas, destaca-se a centralidade atribuída às descrições do canibalismo tupinambá. Evidenciando particularmente o privilégio da referência ao relato de Hans Staden, será possível sustentar a hipótese de que se relaciona à riqueza das representações da antropofagia indígena e à possibilidade de construção de uma determinada lusofobia.

Em 1926, na segunda edição da revista *Terra roxa e outras terras* (São Paulo, n. 2, fev. 1926, p. 1), Oswald de Andrade, ao falar ironicamente do comportamento do escritor brasileiro vindo da Europa, lança mão da imagem do viajante Hans Staden:

Até agora brasileiro escriptor vindo da Europa limitava-se fazer papel Hans Staden artilheiro. Bertioga caiu preso Tupinambas século 16 apavorado antropophagia aconselhava não comerem gente. Murubichada respondia: Não amole é gostoso. Nós identico sermão deante cocaína tourada nu artístico.

Cabe situar cada uma das referências como esta, enfocando a produção de um certo anacronismo através da inserção de uma determinada representação do passado lado a lado com referências pertencentes a outras temporalidades.

Gabriela Theophilo tem como objeto as representações dos jesuítas e dos escritos jesuíticos.

A análise das revistas permitiu determinar o estatuto dos jesuítas como precursores de uma literatura “luso-brasileira”, sendo este o ponto de apoio para as apropriações de tópicos extraídas de textos jesuíticos, particularmente de Antonio Vieira e José de Anchieta

Apesar da crítica feita pelos modernistas ao romantismo literário, foi possível identificar uma apropriação romântica das representações dos jesuítas ou da ação jesuítica, assim como do índio. O privilégio estratégico concentrado nessas representações se deu segundo tópicos consagradas pela literatura e pela história oitocentistas.

No primeiro número da revista *Terra roxa* (São Paulo, ano I, número 1, 20 de janeiro de 1926), Paulo Prado refere-se em termos encomiásticos a uma carta do Padre Anchieta, então à venda numa livraria em Londres, incentivando a sua aquisição :

Governo ou particular, dinheiro do Thezouro ou subscrição publica, seja como for, é preciso que o autógrafo de Anchieta volte para donde partio séculos atraz [...] Da

pobreza primitiva, heróica e fecunda, da ‘pauperrima e estreitíssima casinha’ de 25 de janeiro de 1554, cerca de quatro séculos mais tarde a semente plantada pelo jesuíta frutificaria como talvez nunca o sonhára a sua imaginação de poeta e de missionário.

Assim, não apenas as tópicas extraídas dos textos jesuíticos, mas também o próprio estatuto assumido pela documentação jesuítica para os modernistas, nos anos 20 e 30, mostram o caráter por vezes “antiquarista” atribuído à aproximação dessas fontes.

William Garcia investiga o estatuto da língua tupi e o da língua portuguesa no *corpus* de publicações selecionado.

Na revista *Klaxon* (São Paulo, n. 8-9, dez. 1922/jan. 1923, p. 27), Mário de Andrade afirmara que “bem poderíamos em 2022 celebrar o 1º centenario de nossa independência literária.” Nesta afirmação, estão em jogo, é claro, não somente a centralidade do critério nacional, que marca todo o movimento, como também pressupostos de “monumentalização”⁴ da produção literária modernista, posto que o movimento é elevado à condição de responsável pela “nossa independência literária”. Dela destaca-se, privilegiadamente, a questão da língua. Na segunda edição da mineira *A Revista*, de agosto de 1925, Magalhães Drummond aponta para a diferenciação operada no idioma português falado no Brasil em relação ao falado em Portugal e outros países lusófonos. Preocupações como esta serão reproduzidas na crítica e nos estudos literários das décadas seguintes, identificadas à tentativa de operar uma separação em relação à “influência portuguesa”.

Quanto à língua tupi, deverão ser investigadas as escolhas feitas por alguns dos mais diversos agentes envolvidos no movimento modernista e na publicação destas revistas – particularmente (e diversamente) Menotti del Pichia e Plínio Salgado –, através de seus livros e das relações estabelecidas com outros produtores, nos anos 20 e 30.

Foi Plínio Salgado quem mais se dedicou a pensar a língua dos índios na chave nacionalista, escrevendo em 1928 um artigo sobre a língua tupi, na primeira edição da *Revista de Antropofagia* (São Paulo, n. 1, maio 1928, p. 5), no qual se refere aos jesuítas que levaram a cabo a redução das línguas indígenas a uma língua geral.

⁴ Ajustando o conceito às condições históricas e sociais contemporâneas, referimo-nos à monumentalização como às operações de “fundação” literária, de atribuição autoral e de normatização em função da instituição de um cânone.

Nesse sentido, resta estabelecer de que modo o modernismo literário relaciona-se com a “herança” romântica que inventa “o índio de papel” e dá um novo estatuto ao dicionário e à gramática das línguas indígenas. Será possível afirmar ainda que o esforço de “monumentalização” da produção modernista é também o esforço de fixação da língua brasileira em detrimento da portuguesa, identificada como pretérita.